

## **O ACESSO À JUSTIÇA PELA VIA DO LITÍGIO ESTRATÉGICO: enfrentando a litigiosidade habitual predatória**

### **EIXO 3 - EFICIÊNCIA DA JUSTIÇA – 3º LUGAR**

Autor: FILIPE RODRIGUES DE SOUZA

#### **RESUMO**

O sistema de justiça brasileiro passa por uma grave crise no que se refere à efetivação de direitos em tempo hábil. No fim do ano de 2017, cerca de 80,1 milhões de processos ainda aguardavam alguma solução jurídica, representando um aumento de 244 mil processos em relação ao ano anterior. Por outro lado, a enorme quantidade de processos não necessariamente implica alargamento do acesso à justiça, visto que grande parte das demandas gravitam em torno de litigantes já acostumados ao cenário judicial. Surge, assim, a classificação tipológica das partes em litigantes habituais e litigantes ocasionais. Aqueles utilizam o sistema de justiça de forma frequente, obtendo certas vantagens em relação a estes, de modo que para o litigante habitual a judicialização excessiva de determinadas questões pode inclusive ser bem-vinda, o que contribui para o agravamento da crise do judiciário. Nesse sentido, percebe-se que os repeat players podem utilizar o judiciário de forma predatória, visando a postergar ou dificultar o acesso a direitos por partes dos litigantes ocasionais. A questão-problema desse artigo diz respeito ao agravamento da crise do judiciário ante sua utilização de forma predatória por litigantes habituais. Nesse cenário, apresenta-se a litigância estratégica como mecanismo de enfrentamento da litigância predatória. Decerto, concluiu-se que se trata de ferramenta indispensável à concretização da eficiência do sistema de justiça e resolução de problemas complexos e persistentes.

#### **PALAVRAS-CHAVE**

Litigante habitual. Litigante Ocasional. Crise da Justiça. Litigância Estratégica.

## 1 INTRODUÇÃO

Em 2015, com a instituição do novo Código de Processo Civil, restou evidente a preocupação do legislador com a necessidade de se efetivar a solução de conflitos em âmbito (extra)judicial, principalmente os que giram em torno de demandas repetitivas e persistentes. Dessa forma, o Código reforça a importância da arbitragem e institutos como a mediação e conciliação se tornaram a primeira via na tentativa de resolução dos litígios.

O que se tem notado é que judicialização excessiva não implica necessariamente alargamento do acesso à justiça, visto que a maior parte dos processos ajuizados hoje no Brasil concentram-se em torno de litigantes acostumados ao cenário judicial, que recebem, dessa forma, a alcunha de litigantes habituais. Estes, muitas vezes, utilizam o sistema de justiça de forma predatória, buscando minimizar ao máximo suas possibilidades de perdas, retardando o quanto possível o acesso a direitos. Assim, o judiciário, que teoricamente seria responsável pela salvaguarda de garantias, torna-se ineficiente, lento, descreditado e com cerca de 80,1 milhões de processos aguardando alguma solução jurídica.

Do lado oposto ao da litigância habitual, encontram-se os litigantes infrequentes, os quais acessam o sistema judicial com objetivos e pretensões distintas e, sobretudo, de maneira não organizacional.

Sendo assim, este artigo objetiva apresentar o conceito de litígio estratégico como mecanismo de enfrentamento da litigiosidade habitual predatória. Trata-se de importante ferramenta em favor de *one-shot-ers*, mormente quando a lide se forma em torno de litigantes que se apropriam do Judiciário para obstar ou dificultar acesso a direitos.

## 2 DESENVOLVIMENTO

*“Ontem os códigos, hoje a Constituição”*. A feliz expressão atribuída ao Professor Paulo Bonavides sintetiza de forma precisa uma verdadeira transformação paradigmática. Isso porque a Constituição entendida como documento jurídico dotado de normatividade e imperatividade é fruto de doutrina jurídica emergente apenas do segundo pós-guerra. Com efeito, no século XIX, vigorava um modelo de Estado alcunhado por Luís Roberto Barroso de *Estado Legislativo de Direito*. Neste, a Constituição era interpretada como um documento político, cujas normas não possuíam aplicabilidade direta e imediata, de modo a depender das ações do Legislador e do Administrador (BARROSO: 2012: 3)

Já no Estado Constitucional de Direito, a Constituição passa a ser compreendida como norma jurídica propriamente dita, traçando a disciplina do modo de produção das leis e também estabelecendo limites para seu conteúdo, além de impor deveres de atuação ao Estado. Nesse cenário, a Constituição é alçada ao centro do ordenamento jurídico e, conseqüentemente, começa a vigorar a ideia de supremacia judicial, isto é, a tese de que os Tribunais Constitucionais devem exercer a tarefa de interpretação final e vinculante das normas Constitucionais.

No Brasil, a Constituição de 1988, ao longo de seus 30 anos de vigência, passou por períodos conturbados no cenário político-institucional. Já foram destituídos por *Impeachment* dois Presidentes da República; veio à tona esquema de compra de votos no Parlamento, conhecido como *mensalão*; foram afastados Senadores da República, em virtude de corrupção, e, mais recentemente, passa pelas turbulências da Operação Lava-Jato, em que se discute, novamente, dentre outros ilícitos, a corrupção dos agentes políticos.

Em todas essas crises políticas, sempre se proclamou o respeito máximo à Constituição. Nunca se cogitou outra solução, senão curvar-se diante da nova ordem jurídica de 1988. Nessa matéria, segundo Barroso, percorremos em pouco tempo todos os ciclos do atraso (BARROSO; 2005: 4).

Nesse sentido, a ideia de supremacia judicial aliada a uma Carta Constitucional prolixa em matérias igualmente importantes para a sociedade e o Estado, podem ser citados como fatores que contribuem para o fenômeno que muitos chamam de judicialização da vida (BARROSO; 2009: 4/6).

Com efeito, a Constituição da República Federativa do Brasil em seu artigo 5º, inciso XXXV, dispõe que nenhuma lesão ou ameaça de lesão a direito será excluída da apreciação do poder judiciário. Trata-se da chamada cláusula de inafastabilidade de jurisdição, a qual impõe ao judiciário o dever de se manifestar quando provocado e garante ao jurisdicionado o direito de obter do Estado uma resposta sobre a pretensão levada a juízo.

Nesse caminhar, com a ascensão do judiciário, percebe-se uma supervalorização dos métodos oficiais distribuidores de justiça, de modo que se espera do Judiciário a capacidade de resolver todas as contendas existentes entre os indivíduos. Surge, assim, a tão discutida crise do sistema judicial brasileiro, à medida que este é incapaz de, praticamente, sozinho pacificar todas as situações litigiosas que batem à sua porta (LUCENA FILHO; 2012: 42).

É com tal premissa que Hassan Ribeiro teoriza que, se por um lado o déficit do legislativo pode ser considerado uma causa de judicialização, o déficit do judiciário leva ao fenômeno da desjudicialização. Esta resulta, segundo o autor, da insuficiência do Estado-juiz no mundo contemporâneo, dado que a sociedade exige outras possibilidades de soluções, mais eficazes. Essas alternativas apresentam outros olhares sobre os conflitos, diversos do tradicional que, mediante a coação, por um ato externo, por um ato estatal, impõe a solução (RIBEIRO; 2013:31).

É por isso que, desde a década de 1990, tem-se percebido certos movimentos tendentes a retirar o monopólio do Estado na resolução dos conflitos. Em 1996, editou-se a lei de arbitragem, permitiu-se o trâmite de inventários na seara cartorial e, mais recentemente, em 2010, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a resolução nº 125,

criando os CEJUSC's (Centro Judiciário de Resolução de Conflitos e Cidadania), de modo a evidenciar que a política nacional de tratamento adequado dos conflitos busca cada vez mais não só a composição do litígio, como também o acesso à ordem jurídica justa e a soluções efetivas.

Entretanto, o que o CNJ tem revelado é que a litigiosidade tem crescido a cada ano no Brasil. O Justiça em Números de 2017 (ano-base 2016) apontava que o número de processos aguardando solução jurídica era cerca de 79 milhões; já em 2018 (ano-base 2017), o número de processos aguardando solução subiu para 80,1 milhões.

Por outro lado, não se pode afirmar peremptoriamente que tal aumento seja fruto do alargamento do acesso à jurisdição. Os dados revelam que a maioria dos processos que tramitam no país giram em torno de poucos atores, como os integrantes do Sistema Financeiro, do setor de telefonia e a própria Administração.

Nesse sentido, há que, no mínimo, cogitar-se se a excessiva judicialização, com todas as mazelas que carrega, está sendo desincentivada ou se o litígio no âmbito judicial é uma vantagem para alguns atores desse sistema.

## **2.1 LITIGÂNCIA HABITUAL COMO POSSÍVEL INCENTIVO À JUDICIALIZAÇÃO**

A distinção entre litigantes ocasionais e habituais, realizada por Marc Galanter, professor da Universidade de Wiscosin, baseia-se na frequência com que determinados atores acessam o sistema de justiça. Isto é, o número de vezes que colocam seus interesses em jogo em sede judicial.

O referido autor aponta que há certas vantagens em se litigar frequentemente, tais como a habilidade de manejar o Direito e as técnicas jurídicas; uso de uma mesma estrutura para enfrentar diversas demandas; oportunidade de desenvolver relações informais junto aos julgadores; diluição de riscos, dentre outras (GALANTER; 1976: 937).

Não obstante, a existência de litigantes habituais, por si só, não é fator a ser encarado como um mal no sistema. É natural que em uma sociedade globalizada determinadas pessoas ou organizações corram mais riscos de se envolverem em conflitos e, por consequência, em litígios judiciais. Por outro lado, o que preocupa é o abuso de tal posição, de modo que a judicialização excessiva seja inclusive incentivada e bem-vinda àqueles que mais litigam (MACHADO: 2017).

Dessa forma, por meio de análises de risco a longo prazo, a judicialização pode ser meio idôneo ao litigante habitual para conseguir seus objetivos, seja no sentido de minimizar perdas ou de influir na formação de determinado padrão decisório.

No âmbito do Juizado Especial das relações de Consumo, por exemplo, é notório o uso do judiciário como meio de postergar a efetivação de direitos. Somente em 2011, mais de 5.000 ações foram ajuizadas em desfavor de apenas 6 empresas de Telecomunicações, as quais têm se valido dessa miríade de demandas para emplacar o fortalecimento de teses favoráveis, mesmo que no fim sejam condenadas (ORSINI; RIBEIRO; 2012: 36).

Nesse sentido, nos juizados surgiu a conhecida jurisprudência em torno do “mero dissabor cotidiano”, argumento utilizado para negar indenizações por danos morais pelas práticas ilícitas, principalmente de empresas de Telecomunicações. Decerto, a tese é fruto de testes realizados por *repeat players*, que acabou sendo acolhida e difundida por todo o judiciário, sendo uma vitória para as empresas de Telefonia.

A excessiva judicialização em torno de conflitos similares é sintoma de uma patologia que deve ser rechaçada do sistema de justiça, qual seja, o uso do judiciário de forma predatória no intuito de postergar o acesso a direitos.

Importante perceber, portanto, que a forma como se tem enfrentado a litigiosidade habitual muitas vezes serve tão somente para reforçar teses em favor de *repeat players*, o que evidencia que a judicialização pode ser-lhes muito bem-vinda e incentivada.

## 2.2 LITIGÂNCIA HABITUAL PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Segundo interessante pesquisa divulgada pela AMB<sup>1</sup> (Associação dos Magistrados do Brasil), a Administração Pública pode ser considerada responsável por mais de 50% dos processos distribuídos em determinadas unidades da Federação.

No caso da Bahia, por exemplo, a administração pública municipal chegou a ser a responsável pelo ajuizamento de 71,5% dos processos em 2012, o mais elevado percentual nos quatro anos pesquisados. No recorte das partes ativas responsáveis pelo ajuizamento de 516.401 processos, apenas dois agentes públicos concentram mais de 50% dos processos: os municípios de Salvador e de Lauro de Freitas. Em seguida, as empresas do setor financeiro e a administração pública estadual foram responsáveis pelo maior número de ações (AMB; 2015:20).

Conclui-se, pois, que o próprio Estado tem sido responsável pelo congestionamento do judiciário e, não raramente, tem utilizado o sistema de justiça de modo a retardar – ou impedir – a concretização de certos direitos fundamentais. Nesse sentido, veja-se, por exemplo, o caso da judicialização da saúde em que ainda se advoga por teses pugnando pela irresponsabilidade de algum dos entes federativos, quando a CRFB/88 expressamente dispõe ser solidária, ou teses como reserva do possível, dentre outras de pouquíssima plausibilidade à luz da Constituição e da jurisprudência já remansosa.

No âmbito da Justiça federal, o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), o maior litigante do país, possui método peculiar de atuação. Na via administrativa, via de regra, a autarquia costuma indeferir os requerimentos de benefícios, levando à consequente judicialização da demanda. Por meio do processo judicial, há quem entenda que o INSS tem conseguido diminuir seus custos de transação, visto que pode se valer da conciliação para oferecer valores menores que aqueles

---

**1** A pesquisa realizada pela AMB também aponta para a necessidade de se estudar a litigiosidade de base. Segundo Sérgio Junkes, seria necessário “olhar para a raiz do litígio no Brasil” para que se possa desafogar o judiciário (AMB; 2015:92).

efetivamente devidos ao segurado (FLORIANI NETO; GONÇALVES; 2013:495-7). E o pior: esse processo tramitará durante anos a fio.

A partir dos dados levantados pela AMB, chama atenção a presença maciça de Bancos, operadores de telefonia e da Administração. Por outro lado, as causas da litigância habitual do poder público são mais complexas. Isso porque, segundo Daniel Carneiro Machado, o fomento abusivo dos litígios pelo Poder Público acarreta consumo desnecessário de recursos pelo Judiciário, o que é prejudicial ao próprio Estado, a quem compete destinar os recursos orçamentários de manutenção e funcionamento do Sistema de Justiça (MACHADO; 2015).

Em se tratando de Administração Pública, faz-se preciso repensar as melhores formas de se tutelar o interesse público, mormente porque é inadmissível que o próprio Estado seja um dos responsáveis pela ineficiência e crise - do judiciário - na efetivação de direitos e solução de litígios.

Nesse cenário de necessidade de mudança cultural, o Judiciário não pode ser instrumentalizado pelo Executivo como mecanismo para postergação das saídas de recursos dos cofres públicos. Tal concepção pode causar diversas mazelas para ambos os poderes.

Para a Administração em juízo, tal atividade pode ser muito custosa, haja vista o tempo utilizado, o quadro de pessoal, a burocrática estrutura movimentada para a defesa de ditos interesses. Para o Judiciário, a miríade de processos acaba por sufocar-lhe, agravando ainda mais o cenário de crise.

Talvez seja por esses fatores que determinados entes têm começado a desincentivar a frívola judicialização de certos interesses públicos. Em Minas Gerais, por exemplo, o Projeto de Lei Estadual 5.302/18, proposto pelo Governador Fernando Pimentel, autoriza a Advocacia Geral do Estado (AGE), nos termos de regulamento, a não ajuizar ação ordinária de cobrança de crédito do Estado e de suas autarquias e fundações, não passível de inscrição em dívida ativa, cujo valor seja inferior a 3 mil Ufemgs (cerca de R\$ 9.750,00 reais).



A Administração Pública contemporânea não tem como marca a imposição ou o autoritarismo na defesa do interesse público. Tanto é que a figura do ato administrativo – unilateral – cede cada vez mais espaço para os contratos de direito público, marcados pela negociação em torno da imposição de determinado interesse da Administração frente ao particular.

No âmbito judicial, portanto, não há mais espaço para atuação impositiva e conservadora da Administração.

### **2.3 A LITIGÂNCIA HABITUAL E O USO PREDATÓRIO DO SISTEMA DE JUSTIÇA**

A AMB, em pesquisa sobre os maiores litigantes do Brasil, revelou dados impressionantes sobre os usuários do nosso sistema de justiça. O estudo demonstrou, por exemplo, que cerca de 55% dos processos na justiça Estadual têm como parte apenas os integrantes do Sistema Financeiro Nacional, sejam instituições públicas ou privadas.

Tal dado nos leva a duas conclusões sobre o aumento da litigiosidade já indicada nos relatórios do CNJ: esse aumento não necessariamente significa alargamento do acesso à justiça em suas concepções formal e material; e, além disso, as respostas jurisdicionais não têm impedido a reiteração de condutas ilícitas.

Com tal pensamento, Fernando Jayme aduz que, em 2004, 49,5% das ações versando sobre responsabilidade civil no Juizado Especial Cível foram propostas contra apenas 16 companhias. Segundo ele, tais empresas foram condenadas a pagar cerca de R\$ 2,3 bilhões de reais, mas mesmo assim insistem na prática de ilícitos. Isso, para o autor, evidencia a ineficácia do processo enquanto instrumento apto a prevenir a reiteração de condutas ilícitas (JAYME; 2008:139).

Tal situação levou Daniel Carneiro Machado a concluir que é melhor para os grandes litigantes, sob a ótica financeira, manter sua postura e práticas adotadas extrajudicialmente do que adequá-las aos posicionamentos dos tribunais (MACHADO; 2015).

Marc Galanter também adverte para o fato de que litigantes habituais – por terem influenciado na formação de certo padrão decisório – podem adotar estratégias calculadas para maximizar o ganho em uma longa série de casos, mesmo que isso envolva o risco de perda máxima em alguns deles (GALANTER; 1976: 937)

Por esses motivos, *repeat players* pouco têm a ganhar com o incentivo de métodos consensuais de resolução de controvérsias, pois o processo judicial pode lhes garantir certas vantagens, mesmo que os resultados em certas demandas lhes sejam “negativos”. Isso porque há diferenças entre os resultados almejados pelos diferentes tipos de litigantes.

O litigante ocasional, em regra, não se preocupa com decisões futuras sobre casos similares (GALANTER; 1976: 938) que poderiam até mesmo influenciar na ação de *decision makers* e na formulação de políticas públicas.

Por outro lado, para o litigante habitual, mesmo que seja condenado – o que efetivamente tem acontecido no Brasil, conforme informações supracitadas – o acolhimento de apenas um argumento, de uma tese que possa influenciar nas decisões futuras já lhe pode ser tomado como resultado favorável.

Assim, em nosso sistema, poucos litigantes são responsáveis pela imensa maioria dos processos judiciais, o que torna o acesso à justiça material um processo lento, demorado e ineficiente, traços marcantes da chamada crise do judiciário, que afetam principalmente aqueles que aguardam respostas imediatas da jurisdição.

## 2.4 O ESTADO DA CRISE DO JUDICIÁRIO

A investigação de todas as causas e origens da famigerada crise do poder judiciário é tarefa árdua e muitos processualistas indicam fatores distintos para tal problema. Entretanto, cabe mencionar que tal pesquisa não é nova na doutrina processual brasileira.

Ada Pellegrini Grinover, por exemplo, acreditava que a morosidade e o custo dos processos; a burocratização em sua gestão; a complicação procedimental; a falta de informação e de orientação para os detentores dos interesses em conflito; as deficiências do patrocínio gratuito, tudo leva à obstrução das vias de acesso à Justiça e ao distanciamento entre o Judiciário e seus usuários (GRINOVER; 2008:24).

Tais fatores implicam não só o descrédito na magistratura e nos operadores do Direito, mas acaba por incentivar a litigiosidade latente - a qual se consubstancia em conflitos sociais - ou tem como condão propiciar a busca por meios alternativos violentos ou de qualquer modo inadequadas (GRINOVER; 2008:24/5).

Dos fatores elencados supra, é senso comum entre os juristas que a (de)mora do judiciário na entrega da prestação jurisdicional é um dos traços mais marcantes de sua crise. Isso porque o exercício do direito fundamental de acesso à Justiça pressupõe a eficiência dos mecanismos oficiais de resolução de conflitos. Tal se justifica à medida que a mora da jurisdição põe em risco a própria utilidade do provimento jurisdicional. Relembrando célebre frase atribuída a Rui Barbosa, para quem *"Justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta"*, pode-se concluir que a mora jurisdicional abala a crença popular de que o judiciário seria o melhor caminho para dirimir todas as situações conflituosas na sociedade.

Entretanto, esse tardar na prestação jurisdicional não é falha que deva ser atribuída apenas aos fatores institucionais do poder judiciário.

Com razão, Barbosa Moreira já nos alertava para o fato de que uma das causas da morosidade dos processos judiciais diz respeito a ser conveniente a uma das partes estender a marcha processual da maneira mais demorada quanto possível.

No entendimento do supramencionado processualista, trata-se de verdadeiro equívoco supor que ambas as partes de qualquer processo aspiram fortemente a um desfecho rápido e se sentem frustradas pelo retardamento. Para ele, há boas razões para antes supor coisa

bem diferente: pelo menos um dos litigantes prefere ver demorar o resultado do pleito (MOREIRA; 2006: 372).

No âmbito do processo civil isso é facilmente perceptível no campo do processo de execução, no qual o retardamento da marcha processual pode, de alguma forma, ser benéfica ao devedor. No processo penal, pode gerar a extinção da punibilidade pela prescrição.

Esse desejo de prolongar o feito pode provocar em alguma das partes do processo (até mesmo de terceiros interessados) manobras puramente dilatórias, dentre as quais a mais comum é a utilização do sistema recursal como instrumento de perpetuação da lide (MOREIRA; 2006: 372).

Parafraseando Barbosa Moreira, será preciso investigar também se há interesse comum na resolução consensual de determinadas demandas ou se antes podemos supor coisa bem distinta: pelo menos os litigantes habituais podem obter grandes vantagens a partir da judicialização excessiva de determinadas demandas.

A partir de tais premissas, pode-se aduzir que a crise do judiciário não é fenômeno atribuído apenas a fatores intrainstitucionais, sendo possível concluir que alguns deles são típicos da organização institucional da jurisdição e outros derivam até mesmoda utilização predatória dos serviços judiciais por parte daqueles que estão acostumados a serem demandados em juízo, os chamados litigantes habituais.

Assim, poucos litigantes são responsáveis pela imensa maioria dos processos, o que torna o acesso à justiça material um processo lento, demorado e ineficiente, traços marcantes da chamada crise do judiciário, a qual tem afetado diretamente aqueles que litigam apenas esporadicamente, chamados de *one-shotters* (GALANTER; 1976: 937).

‘Nesse sentido, pode-se dizer que tais atores têm dominado o sistema judicial brasileiro, utilizando dos institutos processuais como meios de atenuarem suas possibilidades de perdas, de modo que grande parte do tempo de juízes e servidores é dispendida para atender a um

padrão de demandas em que é possível encontrar-se sempre as mesmas figuras, a mesmas condutas (ilícitas), o que nos permite concluir que esse processo contribui para a formação a um certo padrão decisório que tem sido benéfico a esse tipo de litigante.

Entretanto, ainda nesse cenário de crise, a busca pela efetividade processual constitui preocupação recorrente em um Estado Democrático de Direito, sendo imprescindível a concretização de uma resposta jurisdicional que seja capaz de materializar a precípua função do processo de efetiva realização dos direitos (FRANCO; 2016: 26).

Dessa forma, considerando que a tendência é o aumento da litigiosidade; que o sistema de justiça tem sido utilizado de maneira predatória por quem mais litiga e que a jurisdição pode, inclusive, não ter como objetivo primordial resolver todos os conflitos existentes, faz-se necessária a construção de um novo modelo de litigância, com foco não simplesmente na composição (ou autocomposição), mas sim na prevenção e resolução em torno de conflitos latentes na sociedade. Um modelo capaz de solucionar a lide sociológica<sup>2</sup> e não só aquela pequena ponta do iceberg que é levada a juízo (GRINOVER; 2008:25).

### **3 A URGENTE NECESSIDADE DE MODELOS ADEQUADOS DE ENFRENTAMENTO DA LITIGIOSIDADE HABITUAL**

Por todo o exposto, é possível concluir que o atual modelo se tornará cada vez menos eficaz na efetivação de direitos, mormente porque o seu principal guardião – o Judiciário – passa por uma grave crise, sem previsão de melhoras a curto prazo.

O Ministro Marco Aurélio Buzzi, alertando para a urgente necessidade de mudança cultural no tratamento da litigiosidade, aduz que a excessiva

---

**2** Com razão, expõe Ada Pellegrini que “Resulta daí que o método contencioso de solução das controvérsias não é o mais apropriado para certos tipos de conflito, em que se faz necessário atentar para os problemas de relacionamento que estão à base da litigiosidade, mais do que aos meros sintomas que revelam a existência desses problemas” (GRINOVER; 2008:25)

judicialização de determinadas demandas leva à consequência de não serem supridas as exigências das populações no concernente à efetiva resolução das lides que se originam das relações materiais do seu cotidiano, em tempo considerado útil (BUZZI; 2014:454)

Por outro lado, é interessante salientar que muitas medidas já foram tomadas com a pretensão de adequar a prestação jurisdicional a tempos de litigiosidade massificada. Institutos como mediação, conciliação e arbitragem são as apostas mais discutidas no campo do processo civil moderno. Em apertada síntese, trata-se das chamadas ADR's ou métodos consensuais de resolução de conflitos, apontados por Humberto Theodoro Júnior como ferramentas capazes de gerar a diminuição da litigiosidade e, por consequência, minorar a crise do judiciário.

Com efeito, o CPC/15 não só estimula a resolução consensual dos conflitos, como enseja a criação, pelos tribunais, do CEJUSC (centros judiciários de solução consensual dos conflitos), os quais são responsáveis por realizar sessões de conciliação e mediação, bem como desenvolver programas destinados a auxiliar e fomentar a autocomposição (THEODORO JÚNIOR; 2016:76).

Entretanto, é possível notar que tais mecanismos não impedem que os litígios em massa continuem batendo às portas do judiciário. Tal afirmação pauta-se pelo relatório Justiça em Números de 2018, segundo o qual o Poder Judiciário finalizou o ano de 2017 com 80,1 milhões de processos em tramitação, aguardando alguma solução definitiva (CNJ; 2018: 197).

Outra razão a ser considerada é que os grandes litigantes do sistema pouco incentivam tais mecanismos de resolução de conflitos e - mesmo que incentivem - a negociação entre um litigante ocasional e o organizacional nem sempre é simétrica, podendo gerar criticáveis processos de harmonização coerciva (NADER; 1994:18-29).

Um dado importante ressaltado pelo relatório do CNJ é que em toda série histórica, o ano de 2017 foi o de menor crescimento do estoque, com variação de 0,3%, ou seja, um incremento de 244 mil casos em

relação ao saldo de 2016. Esse resultado decorre, em especial, do desempenho da Justiça Estadual, que apesar de registrar historicamente um crescimento médio na ordem de 4% ao ano, variou em 2017 apenas 0,4% (CNJ; 2018: 73).

Não obstante, tal dado positivo (incremento de “apenas” 244 mil em comparação ao ano-base anterior) é resultado da conjugação de dois fatores históricos: I – a atuação de 319 novos juízes e; II – o maior índice de produtividade da história (de servidores e magistrados).

Vê-se, portanto, que os esforços no sentido de frear o aumento da litigiosidade, por mais que tenham obtido resultados positivos, não parecem ser capazes de, por si sós, solucionar a grave crise do judiciário, marcada principalmente pela morosidade. Fernando Jayme, por exemplo, criticava a ausência no projeto de Novo CPC de um modelo distributivo de justiça e, citando o juiz Roberto de Figueiredo Caldas, salientava que tal modelo seria mais eficaz para prevenir litígios e diminuir muito o número de causas em juízo, especialmente aquelas atinentes a disputas repetitivas, como ações de cobrança em que uma das partes sempre pretende postergar a resolução do feito (JAYME; 2012:144).

Conforme Ada Pellegrini, precisa-se de um modelo que estude a lide sociológica, a litigiosidade de base sobre a qual se edificam a maior parte dos conflitos levados ao judiciário. Nesse sentido, o caminho perpassa necessariamente pela mudança da cultura jurídica, a qual volta suas atenções para o litígio apenas quando este já se estabeleceu entre as partes. O salutar seria a construção de um sistema voltado para a prevenção dos possíveis litígios que podem surgir entre os jurisdicionados, principalmente em torno das demandas repetitivas que são responsáveis pelo abarrotamento do judiciário.

Não obstante, tal não será possível senão por meio de grandes transformações na forma como se estuda, ensina e se exerce o Direito. Como qualquer ciência, o Direito não encontrará soluções para problemas do nosso tempo – como a crise do judiciário e a litigiosidade repetitiva – caso continue sendo interpretado e exercido da mesma

maneira que se fazia há décadas (JAYME; 2012:143).

E, no campo do processo civil, faz-se necessário um modelo que leve em conta o litígio em si, suas origens e que se preocupe com as maneiras de prevenção e que considere a efetivação de direitos como a melhor ferramenta para evitar o surgimento de litígios e impedir a morosidade<sup>3</sup>.

A necessidade de mudança cultural já fora alertada por Fernando Gonzaga Jayme, para quem a excessiva litigiosidade judicial implicava a incapacidade de a jurisdição preservar a coesão da sociedade e assegurar o Estado de Direito (JAYME; 2012:138). Para o referido autor, a própria morosidade processual transcende às meras reformas legislativas, devendo ser considerada a partir de processos multidisciplinares.

A litigância estratégica tem grande potencial para ser esse novo modo de compreensão do litígio, visto que se trata de método consistente em estratégias de seleção, organização, estruturação e discussão de questões sociais a partir das quais é possível conquistar mudanças de grande impacto, tais como alterações nos padrões decisórios, na legislação, nas políticas públicas e até mesmo na própria estrutura de governo ou Estado (MONTTOYA; 2008: 149). Tudo com o objetivo de se concretizar direitos em larga escala.

Sendo assim, malgrado serem poucas as discussões no Brasil acerca dessa temática, a litigância estratégica merece um estudo mais aprofundado.

### **3.1 CONCEITUAÇÃO DE LITÍGIO ESTRATÉGICO**

Traçar um conceito de litigância estratégica não é tarefa simples, haja vista suas inúmeras possibilidades de definição. Infelizmente, tal atividade torna-se ainda mais difícil em virtude da escassa produção científica sobre o tema, sobretudo no Brasil, onde são raríssimos os traba-

---

**3** Em crítica ao projeto de lei que deu origem ao Novo CPC, Fernando Gonzaga Jayme aduz que a nova legislação processual não seria eficaz no combate à morosidade justamente por não priorizar mecanismos de efetivação dos direitos (JAYME; 2012: 149).



lhos acadêmicos acerca do litígio de alto impacto. O mais comum é o tratamento desse tema em literatura estrangeira.

Adverte-se, desde já, que, ao contrário do que o nome parece indicar, litigar estrategicamente não se trata de adotar meios ardilosos, maquiavélicos ou sorrateiros para vencer uma demanda. Tal seria totalmente incompatível com o novo paradigma processual brasileiro, norteado pelos princípios da cooperação, da lealdade e boa-fé (artigos 5º e 6º do CPC/2015).

O Professor colombiano Lucas Correa Montoya, por exemplo, ao se referir à litigância estratégica como litígio de alto impacto, aduz que se trata de método alternativo para exercer o Direito, consistente em estratégias de seleção, organização, estruturação e discussão de questões sociais a partir das quais é possível conquistar mudanças de grande impacto, tais como alterações na legislação, nas políticas públicas e até mesmo na própria estrutura de governo ou Estado (MONTOKYA; 2008: 149).

Na Argentina, Martín Böhmer e Tatiana Salem, analisando o litígio estratégico no âmbito judicial, afirmam que, para além de promover mudanças substanciais, o litígio paradigmático promove também o acesso à jurisdição para certos setores marginalizados da sociedade. Segundo os escritores argentinos, tal ferramenta teria surgido nos EUA, especialmente pela decisão da Suprema Corte no célebre caso *Brown v. Board of Education* (BÖHMER; SALEM: 2010).

Decerto, não se deve esperar da litigância paradigmática em âmbito judicial o único meio capaz de apresentar mudanças estruturais em determinadas temáticas de cunho social. Essa ferramenta deve ser acompanhada de outras ações que tendem a promover tais reformas. Concomitante a qualquer ação estratégica, deve haver promoção conjunta de uma ampla discussão da temática na agenda pública, visando à conscientização da população sobre a existência de determinado problema, dando ensejo, assim, a certa pressão sob os poderes constituídos pela necessidade de efetivação de certos direitos.

Nesse mesmo sentido, Livia Gil Guimarães entende que o litígio de impacto visa a produzir efeitos duradouros que ultrapassem os limites do caso concreto. Isto é, tem o escopo de provocar mudanças em políticas públicas, na jurisprudência e na legislação, além de promover debates na sociedade de uma forma geral e fortalecer grupos vulneráveis, não se preocupando apenas com o juízo de procedência dos pedidos (GUIMARÃES, 2009:14). Sendo assim, tal forma de litígio difere bastante do modelo clássico, no qual se espera sempre apurar um vencedor do processo, passando a se preocupar prioritariamente com a possibilidade de pacificação em torno da questão controvertida.

Com isso, pode-se dizer que a abordagem apenas judicial do litígio estratégico é insuficiente para a consecução dos objetivos almejados pelos diversos atores que podem se envolver nesta forma de litigância. O estratégico dessa forma de exercer o Direito é justamente a possibilidade de se utilizar várias ferramentas interdisciplinares, sociais e políticas e também contar com participação de vários atores que podem intervir nessas ações (CORAL-DÍAZ; LONDOÑO-TORO; MUÑOZ-ÁVILA; 2010:71).

O litígio estratégico é um método ou técnica que se insere no campo do litígio de interesse público e, conforme já salientado, um dos seus principais objetivos é lançar luzes sobre situações de desrespeito a direitos, criando uma verdadeira agenda de discussões sobre a temática, de modo que o tribunal, o formulador de políticas públicas ou o próprio legislador manifeste-se sobre o que pode ser feito e como atingir todos os envolvidos em situações de conflito social similares. E, para além disso, mesmo que não tenha sido bem-sucedido, o litígio paradigmático pode influenciar nas ações governamentais, promovendo o que se costuma chamar de *Accountability*<sup>4</sup>, ou controle por parte da população sobre os atos dos governantes.

---

<sup>4</sup> Nesse sentido, sobre *Accountability* no âmbito do poder judiciário são elucidativas as teorizações do Prof. MENDES, Conrado Hübner. *Desempenho deliberativo de cortes constitucionais e o STF*. In: MACE-DO JR., Ronaldo Porto; BARBIERI, Catarina Helena Cortada (Orgs.). **Direito e interpretação: racionalidade e instituições**. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 337-361.

Finalmente, cumpre notar que a litigância estratégica pode contribuir também para a problematização de determinadas demandas – muitas vezes esquecidas ou pouco debatidas nas searas públicas – bem como para o empoderamento social, tornando pública a discussão acerca da violação de direitos e da necessidade de construção de diálogos interinstitucionais<sup>5</sup> em busca de um padrão decisório pautado pela deliberação entre os atores envolvidos.

Vê-se, pois, que litigar estrategicamente não é tarefa fácil, devendo todas as ações serem tomadas com cautela, haja vista que tudo o que menos se deseja é a rejeição ou repulsa por determinada demanda, seja dos órgãos com poder decisório e até mesmo da própria sociedade.

Após tecer tais considerações, um conceito amplo de litigância estratégica poderia ser o de um método de analisar, dentro do ordenamento jurídico, quais os meios, as vias, os caminhos para se solucionar um conflito social de interesses, visando à conformação em torno dessa problemática, com o objetivo de garantir a efetivação de direitos em larga escala e em menor tempo possível. Trata-se, sobretudo, na esteira do pensamento do Professor Lucas Correa Montoya, de uma forma distinta de se compreender o litígio e até mesmo o próprio Direito, vislumbrando possibilidades de conformação social para além do âmbito judicial, sem menosprezar a importância de um modelo decisório pautado no diálogo interinstitucional e que também conte com a participação dos próprios envolvidos no litígio.

No mesmo caminhar, Evorah Lusci Costa Cardoso também acredita que o litígio estratégico é bastante diferente da forma tradicional de advocacia. Para ela, é possível contrapor uma advocacia *client-oriented* a um novo tipo de exercício da advocacia, qual seja, o *issue-oriented* ou *policyoriented* (CARDOSO; 2012: 41/42).

---

**5** Nesse sentido, Cf: MENDES, Conrado Hübner. *Direitos fundamentais, separação de poderes e deliberação*. 2008. 219 f. Tese: Doutorado em Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

A grande diferença entre as supramencionadas formas, é que a *Client-oriented* utiliza o direito para atender a demandas a aos interesses do cliente, enquanto a *issue-oriented* busca o impacto social que o caso pode trazer, aplicando, para tanto, o método do litígio estratégico.

Ainda na esteira do pensamento de Cardoso, relembra-se que não há um conceito definido de litígio paradigmático, de sorte se prefere designá-lo como um *discurso-prática*, à medida que o caminho para sistematizar os elementos do litígio estratégico dar-se a partir das próprias experiências das entidades que o praticam (CARDOSO; 2012: 56).

Trata-se, dito de outro modo, da utilização mais eficiente do sistema de justiça para a solução de problemas complexos e persistentes. Os objetivos, portanto, muitas vezes não serão equacionar definitivamente o problema, mas criar curtos-circuitos que possam ser aproveitados para desestabilizar essas práticas persistentes, expondo a inadmissibilidade de condutas violadoras e, sobretudo, buscando soluções para que estas práticas sejam superadas (ALMEIDA; 2017:527/8).

No âmbito do objetivo deste artigo, que pretende investigar as possibilidades de litigância estratégica em prol de frequentadores ocasionais do sistema de justiça, esse modo de litigância é tomado como um mecanismo de enfrentamento da litigância habitual, que age investigando como os *repeat players* têm se valido do Judiciário, não raras vezes, no intuito de dificultar ou postergar o acesso a direitos e desvendando medidas que podem ser realizadas com o objetivo de se dar efetividade a tais garantias em menor tempo possível ou denunciando suas violações.

### **3.2 LITIGÂNCIA ESTRATÉGICA COMO MODO DE ENFRENTAMENTO DA LITIGIOSIDADE HABITUAL**

Ada Pellegrini Grinover, Antônio Carlos Araújo Cintra e Cândido Rangel Dinamarco, na obra Teoria Geral do Processo, aduzem que a pacificação dos conflitos é o escopo magno da jurisdição, e, por consequência, de todo o sistema processual (CINTRA; DINAMARCO; GRINOVER; 2012: 32).

Não é outro o entendimento de Humberto Theodoro Júnior, para quem a jurisdição é uma função do Estado, por meio da qual este se substitui aos titulares dos interesses em conflito para, imparcialmente, buscar a pacificação do conflito que os envolve, com justiça (THEODORO JÚNIOR; 2015: 127).

Pensamento diverso é o de Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves, para quem o objetivo do Direito não é a pacificação, mas sim a estabilização social ao longo do tempo, criando o que o autor chama de “vínculos com o futuro” (GONÇALVES; 2007:35).

Adotando-se uma ou outra posição, fato é que o judiciário tem sido ineficiente no que toca à garantia de acesso à ordem jurídica justa e solução efetiva de controvérsias. Evidentemente, com 80,1 milhões de processos aguardando solução, dar fim à demanda torna-se, por assim dizer, o objetivo *pragmático* da jurisdição, olvidando-se a função de dar soluções efetivas à litigiosidade de massa.

Tal ineficiência, conforme mencionado, relaciona-se com a excessiva utilização do sistema judicial por poucos litigantes, os quais litigam constantemente em torno de matérias repetitivas, sendo imprescindível um novo mecanismo de enfrentamento da litigiosidade habitual.

É certo que conciliação e mediação são as apostas mais recorrentes dos processualistas e, com efeito, são instrumentos que devem ser aperfeiçoados e incentivados. Por outro lado, a litigância estratégica não é prática que se coloca ao lado de tais mecanismo. Antes, procura estudar e compreender as origens da lesão a certo direito para que possa formatar ações visando à concretização de tais garantias.

Nesse sentido, a desjudicialização da questão, por meio da conciliação e mediação, podem ser vias de litigância estratégica, mas não em todos os casos. Isso porque há *repeat players* que possuem ampla vantagem no sistema judicial (por exemplo, jurisprudência e súmulas favoráveis) de modo que a conciliação tende a ser frustrada.

É por isso que se entende que a litigância estratégica deve ser utilizada no enfrentamento da litigância habitual, principalmente quando alguns atores utilizam o sistema de justiça para postergar o acesso a direitos.

A partir do conceito de litigância estratégica formulado por Eloísa Machado de Almeida, para quem tal ferramenta está associada à utilização mais eficiente do sistema de justiça para a solução de problemáticas complexas e persistentes, vê-se que tal instrumento pode ser muito útil no enfrentamento da litigiosidade habitual (quando predatória), a qual circunda em torno das recorrentes violações de determinadas garantias.

Em um sistema em que a litigância é concentrada em torno de poucos atores, os quais inclusive podem valer-se do judiciário de forma predatória, postergando acesso a direitos e impedindo que a jurisdição torne concretas as garantias constitucionais da celeridade e efetividade processual, a litigância estratégica encontra muitas possibilidades de uso e deve, portanto, ser utilizada como mecanismo de enfrentamento de tal modo de litigiosidade e servir de ferramenta de acesso à justiça pela via dos direitos (MARONA; 2013: 10)

## 4. CONCLUSÃO

O sistema judicial brasileiro passa por uma grave crise no que se refere ao seu objetivo de propiciar o acesso à ordem jurídica justa e efetiva. Traço marcante de tal crise é a morosidade dos processos judiciais, os quais aguardam anos para serem solucionados definitivamente. Algumas das causas da chamada crise do judiciário dizem respeito a fatores institucionais e outros podem estar relacionados até mesmo com a excessiva judicialização de demandas em torno de poucos litigantes.

Com razão, segundo as pesquisas realizadas pelo CNJ e pela AMB, pode-se concluir que o judiciário está acostumado a receber determinados litigantes com mais frequência que outros, daí a clássica distinção entre litigantes ocasionais e habituais. Estes, desfrutando de todas as

vantagens de sua estrutura organizacional, muitas vezes apropriam-se do sistema de justiça de forma predatória, insistindo em determinadas condutas já consideradas ilegais, mas que, se judicializadas, podem trazer reflexos favoráveis a longo prazo.

Do outro lado, os litigantes ocasionais possuem objetivos imediatos, pretendem a indenização, o medicamento, a vaga em escolas, dentre outros bens jurídicos, o que faz com que a sua atuação judicial muitas vezes seja desorganizada e sem a compreensão dos efeitos futuros da decisão adjudicada.

No papel de representação processual de grande parte dos litigantes infrequentes, encontra-se a Defensoria Pública, instituição essencial à justiça, a qual representa um contrapoder perante o sistema, que tenta impor limites ao Estado, ao poder econômico e à própria sociedade.

Nesse sentido, o que se tem percebido é que a Defensoria tem buscado uma atuação distinta da simples postulação em juízo para a defesa de seus assistidos. Tal instituição tem percebido que o sistema judicial, muitas vezes, favorece o surgimento de teses contrárias aos interesses dos *one-shotters*, o que tem imposto uma reflexão acerca de suas próprias funções e sobre sua aptidão de ser contrapoder no sistema judicial.

O que se nota é que, em determinadas demandas, contestar, recorrer, impugnar da forma como sempre se fez em nada alterará o padrão decisório desfavorável, em nada será hábil para a concretização do direito em tempo útil. A litigância estratégica rompe com esse modelo clássico, principalmente porque se preocupa com situações de desrespeito persistente e constante a direitos em larga escala.

No nosso sistema de justiça, tal situação é perceptível à medida que litigantes habituais sofrem diariamente condenações bilionárias, mas insistem na reiteração das práticas que ensejaram o litígio, o que pode ser considerado um dos fatores para inundação do judiciário com cerca de 80,1 milhões de processos não solucionados.

Portanto, urge um novo modo de enfrentamento e estudo da litigiosidade no Brasil, principalmente porque *repeat players*, a partir de sua estrutura organizacional, de seu poder de barganha e de todas as suas vantagens podem utilizar o judiciário de forma predatória. Nesse sentido, apropriam-se até mesmo de institutos que originalmente foram pensados para solucionar as demandas de massa, como IRDR e mediação para imporem suas pretensões frente ao litigante ocasional.

Demonstrou-se, portanto, que a litigância estratégica é uma excelente ferramenta que visa ao enfrentamento da litigância habitual predatória, com o intuito de efetivar direitos, muitas vezes sequer ajuizando ações judiciais. O ambiente judicial pode ser desfavorável aos *one-shotters*, mas, a partir dessa nova concepção de litígio e do próprio Direito, será possível enfrentar os males da litigância repetitiva, minorando, portanto, as desvantagens carregadas pelos litigantes ocasionais.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eloísa Machado de. **Litígio Estratégico e articulação entre jurisdições: caso guerrilha do Araguaia**. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; COSTA, Susana Henriques da. O processo para solução de conflitos de interesse público. Salvador: Jus Podivum; 2017.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO BRASIL. **O uso da justiça e o litígio no Brasil**. Relatório encomendado pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Coordenação Maria Tereza Sadek. Disponível em: <<https://www.jota.info/justica/amb-mostra-quem-sao-os-maiores-litigantes-pais-10082015>> Acesso em 06/07/2019.

BARROSO, Luís Roberto. **Constituição, Democracia e Supremacia Judicial: Direito e Política no Brasil Contemporâneo**. In: RFD- Revista da Faculdade de Direito- UERJ, v. 2, n. 21, jan./jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **Neoconstitucionalismo e constitucionalização do Direito (O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil)**. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 240, p. 1-42, abr. 2005. ISSN 2238-5177. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/43618>>. Acesso em: 19 Nov. 2017.

\_\_\_\_\_. RETROSPECTIVA 2008. **Judicialização, Ativismo e Legitimidade Democrática**. Revista Eletrônica de Direito do Estado (REDE), Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, nº 18, abril. Maio. Junho de 2009. Disponível em <<http://www.direitodoestado.com.br/codrevista.asp?cod=344>>. Acesso em 19.06.2019.

BÖHMER, Martín; SALEM, Tatiana. **Litigio estratégico: una herramienta para que el Poder Judicial tenga voz en políticas públicas clave**. Documento de Políticas Públicas / Análisis N°89 I, Buenos Aires, CI-PPEC, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Justiça em Números 2017: ano-base 2016/Conselho Nacional de Justiça** - Brasília: CNJ, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Justiça em Números 2018**: ano-base 2017/Conselho Nacional de Justiça - Brasília: CNJ, 2018

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **100 maiores litigantes**: Conselho Nacional de Justiça - Brasília: CNJ, 2011.

BUZZI, Marco Aurélio Gastaldi. **A mudança da cultura pela composição de litígios**. In: BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Doutrina: edição comemorativa, 25 anos / Superior Tribunal de Justiça. -- Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 2014.

CARDOSO, Evorah Lusci Costa. **Litígio estratégico e sistema interamericano de Direitos Humanos**. Belo Horizonte: Fórum. 2012 (Coleção Fórum de Direitos Humanos, 4).

CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES (CELS): **Litigio estratégico y derechos humanos, La lucha por el derecho**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; DINAMARCO, Cândido Rangel; GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria geral do processo**. 28ª ed., São Paulo: Malheiros, 2012.

CORAL-DÍAZ, Ana Milena; LONDOÑO-TORO, Beatriz; MUÑOZ-AVILA, Lina Marcela. **El Concepto de litigio estratégico en América Latina**. Universitas Bogotá, nº 121: 49-76, Bogotá. 2010.

CORREA MONTTOYA, Lucas. **Litigio de Alto Impacto: Estrategias alternativas para enseñar y ejercer el Derecho**. Opin. jurid. [online]. 2008, vol.7, n.14, pp.149-162. ISSN 1692-2530.

COSTA, Susana Henriques da. **Acesso à Justiça: Promessa ou realidade? Uma análise do litígio sobre creche e pré-escola no município de São Paulo**. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; COSTA, Susana Henriques da. O processo para solução de conflitos de interesse público. Salvador: Jus Podivum; 2017.

FLORIANI NETO, Antônio Bazílio; GONÇALVES, Oksandro. **O comportamento oportunista do INSS e a sobre utilização do Poder Judiciário.** In: CONPEDI/UNINOVE; Coordenadores: POMPEU, Gina Vidal Marcílio; SOUZA PINTO, Felipe Chiarello de; CLARK, Giovani. – Florianópolis: FUNJAB, 2013, p 484-502.

FRANCO, Marcelo Veiga. **Processo Justo: entre efetividade e legitimidade da jurisdição.** Belo Horizonte: Del Rey, 2016.

GALANTER, Marc. **The Duty Not to Delivery Legal Services.** In: U. Miami L. Rev. 929 1975-1976.

GALANTER, Marc. **Why the Haves Come Out Ahead: The Classic Essay and New Observations.** New Orleans: Quid Pro Books, 2014 (Classic of Law and Society)

GONÇALVES, Gláucio Ferreira Maciel. **Observação Jurídico-Sociológica da Lei dos Juizados Especiais Federais.** Tese; UFMG: Belo Horizonte, 2007.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Os Fundamentos da Justiça Conciliativa.** Revista da Escola Nacional da Magistratura, Brasília, v. 2, n. 5, p. 22-27, abr. 2008.

GUIMARÃES, Livia Gil. **Direito das Mulheres no Supremo Tribunal Federal: Possibilidades de Litígio Estratégico?.** Monografia apresentada à Escola de Formação da Sociedade Brasileira de Direito Público – SBDP. São Paulo, 2009.

JAYME, Fernando Gonzaga. **Necessitamos de um novo Código de Processo Civil?** In: MACHADO, Felipe; CATTONI, Marcelo (Coord.). Constituição e Processo, uma análise hermenêutica da (re)construção dos códigos. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

\_\_\_\_\_. **Os problemas da efetiva garantia de proteção judicial perante o poder judiciário brasileiro.** In: JAYME, Fernando Gonzaga; FARIA, Juliana Cordeiro de; LAUAR, Maria Terra

(Coord). Processo Civil: Novas Tendências. Estudos em homenagem ao Professor Humberto Theodoro Júnior. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

LONDOÑO-TORO, Beatriz. **“Las clínicas jurídicas de interés público en Colombia”**. In: Felipe González (comp.), Clínicas de Interés Público y Enseñanza del Derecho. Colección CUADERNOS DE ANÁLISIS JURÍDICO, Santiago de Chile, Universidad Diego Portales, 1992.

LUCENA FILHO, Humberto Lima de. **A constitucionalização da solução pacífica de conflitos na ordem jurídica de 1988**. Tese. UFRN: Natal, 2012.

MACHADO, Daniel Carneiro. **A ineficácia das reformas processuais diante do uso patológico do Poder Judiciário pelos chamados ‘litigantes habituais’**. Jus Navigandi (Online), v. XXII, p. 59960, 2017.

MARONA, Marjorie Corrêa. **Acesso à qual justiça? A construção da cidadania brasileira para além da concepção liberal**. 2013. 247 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

NADER, Laura. 1994. **Harmonia Coerciva: A Economia Política dos Modelos Jurídicos**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 9, n. 26, p. 18-29, Out. 1994.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; RIBEIRO, Luiza Berlini Dornas. **A litigância habitual nos juizados especiais em telecomunicações: a questão do excesso de acesso**. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3. Região. Belo Horizonte, v. 55, n. 85, p. 21-46, jan./jun. 2012.

MENDES, Conrado Hübner. **Desempenho deliberativo de cortes constitucionais e o STF**. In: MACEDO JR., Ronaldo Porto; BARBIERI, Catarina Helena Cortada (Orgs.). Direito e interpretação: racionalidade e instituições. São Paulo: Saraiva, 2011.

----- **Direitos fundamentais, separação de poderes e deliberação.** 2008. 219 f. Tese: Doutorado em Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Temas de Direito Processual: nona série.** São Paulo: Saraiva, 2006.

RIBEIRO, Diógenes V. Hassan. **Judicialização e desjudicialização - Entre a deficiência do legislativo e a insuficiência do judiciário.** Revista de Informação Legislativa, v. 199, p. 25-33, 2013.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil.** 56ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro. Forense, Vol I, 2016.